

Diferentes e desiguais

Adriano Souza Senkevics

CARVALHO, Marília Pinto de (Org.). *Diferenças e desigualdades na escola*. Campinas: Papyrus, 2012. 192 p.

Há variadas formas de se abordar a questão das diferenças – de gênero, cor/raça, idade, origem, etc. – na escola. Uma delas, bastante em voga na atualidade, tende a enfatizar o aspecto multicultural que usualmente caracteriza a sociedade brasileira. Celebra-se nossa tão falada diversidade, porém, nem sempre tal abordagem mostra-se suficientemente capaz de apreender as disparidades de acesso ao poder que permeiam as relações sociais. Ao invés de encerrar o debate na diversidade cultural, é preferível tomá-lo como um ponto de partida para questionar o acesso diferenciado a bens simbólicos e materiais pelo conjunto da população e, em particular, pelo alunado.

Foi com esse intuito que Marília Pinto de Carvalho organizou a obra *Diferenças e desigualdades na escola*, publicada em 2012. Composto por sete capítulos, o livro reúne diversos estudos desenvolvidos por jovens pesquisadoras vinculadas à Universidade de São Paulo (USP), à Universidade Federal Fluminense (UFF) ou à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Trata-se do produto de um intercâmbio patrocinado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Constitui-se, em sua maioria, de artigos produzidos por autoras em início de carreira: três deles derivam de pesquisas de doutorado, outros três são produtos de diferentes mestrados e, por fim, um dos capítulos originou-se de um trabalho de conclusão de curso.

Nesta resenha, discutimos brevemente as reflexões oriundas de seis dos sete capítulos dessa obra para, em seguida, aprofundarmo-nos em um deles – o

capítulo 2 – cujas interfaces com o debate de gênero e educação mais coincidem com os propósitos da edição temática deste periódico.

Abrindo a coletânea, o capítulo *Literatura e educação para as relações raciais*, de Candida Soares da Costa, explora as potencialidades de se empregar a literatura como um meio para se incluir conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo do ensino médio, em consonância com as orientações da Lei nº 10.639, de 2003. Ao entrevistar professores e outros profissionais de uma escola da rede pública do Estado do Mato Grosso, seu intuito foi investigar a efetividade dessa legislação, haja vista que a institucionalização de uma determinada política pública, em si, não garante seu sucesso. Em síntese, a autora encontrou obstáculos de três principais ordens: pouca informação sobre a lei em questão, dualidade entre literatura e gramática e a dificuldade em perceber as potencialidades no trabalho docente com a referida lei. Apesar disso, permanece a sugestão de que a literatura, por proporcionar ao leitor um papel ativo no imaginário que as obras literárias nos convidam a construir, pode ser uma ferramenta valiosa para abordar as relações raciais na escola.

No terceiro capítulo, *Quando os jovens retornam à escola: os sentidos da EJA em seus percursos biográficos*, Mariane Brito da Costa analisa a trajetória de vida de oito jovens, entre 15 e 29 anos de idade, e suas motivações para a evasão e o retorno à escola – ou, como posto, um movimento pendular de “saída da/entrada na” escola. Partindo da hipótese de que os aspectos socioeconômicos e a inserção no mercado de trabalho não são suficientes para explicar, isoladamente, eventuais interrupções no fluxo escolar, a autora procura entender quais sentidos são atribuídos à educação de jovens e adultos e em que medida esses significados intermedeiam as relações estabelecidas entre esses jovens e seu processo de escolarização. Em seguida, a autora nota que problemas variados forçaram tais jovens a largar os estudos, como questões de saúde e incidentes com a família. Conclui que o movimento pendular de evasão/retorno é definidor de novos sentidos para a escola, cujo papel na mobilidade social é reforçado em função das experiências anteriores de fracasso escolar.

Em seguida, o quarto capítulo, *A vida na universidade: um estudo do cotidiano do “cotista” negro da UERJ*, assinado por Patricia Costa Pereira da Silva, procura compreender o cotidiano de estudantes negros que acessaram a universidade por meio da política de cotas raciais, e que tensões entre cotistas e não cotistas poderiam se configurar nesse contexto. O estudo baseia-se em observações, questionários e entrevistas com 14 estudantes cotistas – sete do curso de direito; sete, de nutrição. Além de problemas gerais de permanência estudantil, a autora encontrou denúncias de formas veladas de racismo, empreendidas tanto por docentes quanto por colegas. Uma dupla face de discriminação se fez presente: uma, por ser negro em uma universidade pública; outra, por ter sido beneficiado pelas cotas. Esse rótulo, aliás, acompanhava o cotidiano dos estudantes, que, mesmo após o exame de ingresso, continuavam a serem vistos como “cotistas”. Para eles, restava o mérito como a principal maneira de provar sua excelência acadêmica e superar os preconceitos.

Para além da democratização do acesso ao ensino superior, isso mostra que o combate ao racismo demanda uma reflexão contínua no seio do próprio cotidiano acadêmico.

Maria Clara Lopes Saboya assina o quinto capítulo, *Alunas de engenharia elétrica e ciência da computação: estudar, inventar, resistir*. Seu subtítulo resume os achados de uma pesquisa que iluminou as motivações, o ingresso e o cotidiano de 49 mulheres em dois cursos da área de exatas: 42 alunas do curso de ciência da computação e sete de engenharia elétrica, numa faculdade particular da região metropolitana de São Paulo. Trata-se, em suma, de uma reflexão sobre as dificuldades interpostas ao progresso de mulheres em carreiras científico-tecnológicas, visto que as estudantes pesquisadas por Saboya enfrentavam, conscientemente ou não, áreas de conhecimento profundamente masculinizadas, seja pela maioria numérica de homens, seja pela atribuição de significados masculinos aos ofícios de engenheiro ou analista/programador. Desse modo, esse grupo de mulheres via-se obrigado a se inventar – ou melhor, se *reinventar* – dentro de tais profissões e, na medida do possível, resistir ao preconceito, ao machismo e ao assédio moral.

De autoria de Luciana Alves, o sexto capítulo recebe o seguinte título: *O branco nas relações raciais construídas na escola*. Estudando o verso das relações raciais – homens brancos e a construção da branquitude –, seu objetivo é discutir quais significados são atribuídos à brancura e em que medida eles colaboram para a construção e reprodução do racismo no ambiente escolar. Com base em entrevistas com dez professores da educação básica, sendo seis autodeclarados negros e quatro brancos, a autora adentra no cotidiano da escola e revela quão pervasivas são as hierarquias raciais, expressas de inúmeras maneiras: o branqueamento de figuras históricas como Machado de Assis, os desfiles comemorativos e as representações do negro neles implicados, a visibilidade social dos brancos e da pele clara, entre outras. A título de conclusão, a autora reforça a noção de que uma “idealização branca” toma a construção da brancura como sinônima de “humanidade”, acomodando o branco em uma condição superior em termos de privilégios materiais e simbólicos que, não por acaso, tendem a ser silenciados em face das desigualdades vividas por grupos menos capazes de mobilizar tais privilégios.

Finalmente, o sétimo capítulo, *Professoras do Vale do Arinos: trajetórias de migração*, escrito por Lori Hack de Jesus e Maria Lúcia Rodrigues Müller, explora a trajetória de vida de 16 professoras residentes de Juara (MT), município fundado por colonos imigrantes sulistas. Lançando mão da metodologia de história oral, as autoras investigaram quais caminhos percorreram essas mulheres, negras e brancas, no arranjo de encontros e desencontros que culminou na sua inserção como docentes daquele município em particular. Além de ser um registro biográfico, serve também à reconstrução da própria história da cidade. Nesse contexto, as autoras pontuam que, apesar de Juara constituir-se do fruto de movimentos migratórios, permanece sendo um “espaço de fronteira”, uma vez que as diferenças de procedência nacional de tais professoras pareciam ainda marcar sua relação com o espaço e, conseqüentemente, com o próprio ofício.

Com o intuito de aprofundar nossas discussões sobre gênero e educação, continuaremos esta resenha debruçando-nos sobre o segundo capítulo da coletânea,

intitulado *Formas de ser menino negro: articulações entre gênero, raça e educação escolar*, de autoria de Andréia Botelho de Rezende e Marília Pinto de Carvalho. Fruto do trabalho de conclusão de curso da primeira autora, esse capítulo traz importantes reflexões sobre as relações de gênero e as desigualdades educacionais, com ênfase nos meninos e especial atenção para as articulações entre gênero e outras categorias sociais, tais como cor/raça e classe.

O ponto de partida das autoras é a constatação, devidamente caracterizada por Fúlvia Rosemberg e Nina Madsen (2011), de que as desigualdades de gênero na escolarização têm beneficiado as mulheres desde as últimas décadas. Sabe-se que as trajetórias escolares das garotas são menos acidentadas que a de seus pares masculinos. Além disso, são os meninos que ostentam maiores taxas de reprovação e evasão, assim como menores taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio. Não basta, contudo, descrever essas diferenças entre os sexos sem lançar mão de uma análise de gênero que procure investigar o contexto sociocultural que produz e mantém tais disparidades. Nesse sentido, o primeiro passo adotado por Rezende e Carvalho é levantar a seguinte questão: “quem são os meninos que fracassam na escola?”.

Uma importante pista é articular as desigualdades de gênero com as desigualdades de cor/raça, dado que as relações raciais estão imbricadas com hierarquias entre populações percebidas e classificadas como brancas, negras ou indígenas (Guimarães, 2009), no contexto brasileiro. Reconhecendo que são os meninos negros provenientes de camadas pobres da população as principais vítimas do fracasso escolar, as autoras objetivam discutir a construção das masculinidades em meninos negros e a relação que eles estabelecem com o processo de escolarização.

Por masculinidades, adota-se o arcabouço teórico desenvolvido pela australiana Raewyn Connell (2005), para quem a masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero, isto é, práticas que os constroem enquanto homens (ou meninos, no caso) dentro de uma estrutura que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino. Fala-se, evidentemente, das relações de poder que constituem o gênero. As autoras, assim, partem de um referencial teórico atual e lançam-se aos desafios de compreender como as masculinidades não dependem unicamente das relações de gênero, mas são também interpeladas por outras categorias como cor/raça e classe social, visto que a produção do fracasso escolar incide, ao mesmo tempo e num mesmo sujeito, majoritariamente, sobre meninos negros e pobres. Essas categorias não se somam como num colar de contas. Pelo contrário, elas se cruzam, se modificam, se recriam.

Para essa pesquisa, em particular, Rezende e Carvalho entrevistaram quatro meninos negros de oito anos de idade – ficticiamente chamados de Flávio, Reinaldo, Ícaro e Lauro – e suas professoras Priscila e Meire. Os rapazes foram entrevistados em 2006, quando se encontravam na 2ª série do ensino fundamental de uma escola pública do município de São Paulo. Nas entrevistas, gravadas, que foram realizadas em duplas, os alunos foram indagados acerca dos significados de ser menino e

menina, de ser bom ou mau aluno e de ser negro, com o intuito de perceber como e em quais aspectos eles se diferiam ou se aproximavam entre si.

O primeiro aspecto digno de nota é justamente a classificação racial dessas crianças. Um incômodo com as categorias “preto” e “negro”, imbuídas de preconceitos já internalizados pelos meninos, os levaram a preferir o termo “moreno”. Concluem as autoras que esse termo aponta para um afastamento da negritude em prol de um pretense branqueamento. Dado que a classificação racial é um processo subjetivo, que mistura elementos fenotípicos (tais como a tonalidade da pele e o tipo de cabelo) com um olhar acerca dessas diferenças que é inevitavelmente social, é esperado que a cor/raça com a qual o sujeito se identifique extrapole as usuais categorias apresentadas.

É também curioso notar como os meninos entendiam o que significava ser um “bom aluno”. Vê-se uma tendência em associar as qualidades de um(a) aluno(a) com as feminilidades exercidas pelas meninas: obediência e submissão, traduzidas em “ficar quieto” e “se comportar”, foram apontadas por Lauro como os principais ingredientes para um desempenho satisfatório e, ao mesmo tempo, como qualidades mais frequentemente incorporadas pelas meninas. Porém, Reinaldo defendia que, na condição de menino, ele também era um “bom aluno”, pois se mostrava disposto a fazer o que a professora mandava, bem como a agradá-la com presentes.

Dando um passo além nesse debate, as autoras remontam a estudos, como os de Carvalho (2009), que demonstram a assimetria entre os atributos utilizados para avaliar um menino ou uma menina. Delas, espera-se obediência, dedicação e esforço; deles, iniciativa e participação, ainda que sejam “bagunceiros”. A disciplina, em si, não costuma ser cobrada dos meninos, haja vista que as representações de masculinidades das professoras as incentivam a aceitar alguma dose de insubordinação como traço masculino. O mesmo não se pode dizer das meninas, cujo sucesso escolar é visto menos como fruto de seu talento e mais como recompensa pela sua dedicação.

O que a pesquisa de Rezende e Carvalho traz de mais inovador é revelar o caráter racial por trás de tais asserções. Na página 63, as autoras ousam ao afirmar que esses critérios mais frouxos para a avaliação dos meninos não incidem igualmente sobre brancos e negros. Dos segundos, esperar-se-ia uma dose maior de submissão e agrado – aqui entendidos como alternativa para que os meninos negros fossem reconhecidos na sala de aula como “bons alunos” e recebessem elogios das docentes. A essa disparidade, acrescenta-se o estereótipo de delinquente usualmente atribuído aos meninos de pele escura: qualquer atitude menos dócil e mais agressiva, por parte deles, poderia ser interpretada como sinal de transgressão social, precursor de uma masculinidade violenta e amedrontadora.

Em seguida, as autoras ilustram como os meninos lidavam com as dificuldades de aprendizado e como enxergavam o binarismo de gênero (menino vs. menina) na sala de aula, tópicos que não serão discutidos nesta resenha em função do espaço.

Encaminhando-nos para a conclusão, pontua-se que o principal mérito do capítulo reside em sua abordagem corajosa de embrenhar-se em um tema delicado e complexo, sobretudo em virtude da ausência de um corpo sólido de pesquisas a cruzarem gênero, cor/raça e outras categorias. Suas limitações não se pode deixar

de mencionar, e estas são evidenciadas pela necessidade constante de as autoras buscarem apoio na literatura internacional (que, apesar de enriquecer o trabalho, fala de outro contexto) e pela elaboração de conclusões um tanto quanto amplas, tendo em vista que o número pequeno de sujeitos entrevistados – coerente com um trabalho de conclusão de curso, diga-se de passagem – e as dificuldades do objeto de pesquisa não lhes permitiram formulações mais assertivas.

Por fim, ressalta-se que os sete capítulos que compõem essa obra tratam, em conjunto, do jogo entre diferenças e desigualdades que, apesar de não nascerem na escola e tampouco se encerrarem nela, atravessam a instituição escolar em todos os seus meandros, apresentando-lhe problemáticas e desafios novos. Gênero, cor/raça, origem, idade, etc. são fatores que posicionam diferentemente os sujeitos em um espectro desigual de acesso ao poder. Os alunos, mais do que diferentes, são desiguais entre si.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Marília Pinto de. *Avaliação escolar, gênero e raça*. Campinas: Papyrus, 2009. 128p.

CARVALHO, Marília Pinto de. (Org.). *Diferenças e desigualdades na escola*. Campinas: Papyrus, 2012. 192p.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2005. 324p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 3. ed. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009. 256p.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-434.

Adriano Souza Senkevics, mestrando na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e integrante do grupo de estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (EdGES) dessa faculdade, é pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

adriano.senkevics@inep.gov.br